



2130 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 05 - Educação e Infância

A CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA DA CLASSE TRABALHADORA À EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria José Pereira de Oliveira Dias - PUC-GOIAS – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Maria Esperança Fernandes Carneiro - PUC-GOIAS – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve histórico da educação e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora brasileira na constituição e estabelecimento dos direitos das crianças no contexto da educação infantil. Ensaia, ainda, fazer inferências ao projeto socialista defendido por Marx e Engels e suas contribuições no campo da educação. Buscou compreender a luta do proletariado contra as arbitrariedades do poder burguês, na realização das principais mudanças sociais, bem como as contribuições relevantes dos trabalhadores pela garantia legal e normativa em relação aos direitos de acesso e permanência das crianças no campo da Educação Infantil. Para tanto, buscou-se fundamentar nos autores como Monteiro (2006), Cambio (1999), Lombardi (2005), Teixeira (1996), Freire e Freire (2001), Saviani (1984), Nunes e Corsino (2013), Machado (1999) e Oliveira (2013), mediante um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, possibilitando apreensão científica a partir da análise crítica das concepções e problematizações pedagógicas imbuídas no campo epistemológico da educação. A pesquisa apontou que, embora enfrente diferentes atrocidades, a educação é um dos principais caminhos para promover a transformação da condição de subserviência em conscientização política do sujeito.

A CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA DA CLASSE TRABALHADORA À EDUCAÇÃO INFANTIL

Resumo: este artigo tem como objetivo apresentar um breve percurso histórico da educação e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora brasileira na constituição e estabelecimento dos direitos essenciais das crianças no contexto da educação infantil. Ensaia, ainda, fazer inferências ao projeto socialista defendido por Marx e Engels e suas importantes contribuições no campo da educação. Buscou compreender a luta do proletariado contra as arbitrariedades do poder burguês, na realização das principais mudanças sociais, bem como as contribuições relevantes dos trabalhadores pela garantia legal e normativa em relação aos direitos de acesso e permanência das crianças no campo da Educação Infantil. Para tanto, buscou-se fundamentar nos autores como Monteiro (2006), Cambio (1999), Lombardi (2005), Teixeira (1996), Freire e Freire (2001), Saviani (1984), Nunes e Corsino (2013), Machado (1999) e Oliveira (2013), mediante um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, possibilitando apreensão científica a partir da análise crítica das concepções e problematizações pedagógicas imbuídas no campo epistemológico da educação. A pesquisa apontou que, embora enfrente diferentes atrocidades, a educação é um dos principais caminhos para a liberdade humana capaz de promover a transformação da condição de subserviência em conscientização política do sujeito.

Palavras-chave: História da Educação. Classe Trabalhadora. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A propositura deste estudo é compreender o percurso histórico da educação brasileira e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora na constituição e estabelecimento dos direitos legítimos e essenciais de as crianças poderem frequentar uma instituição educativa que atenda às especificidades da primeira infância, abarcando o cuidado e a educação.

Para isto, recorreremos aos principais autores que ao longo da história defenderam teoricamente o conhecimento histórico-científico e social como fundamento necessário ao desenvolvimento do sujeito em sua plenitude.

Além disso, foi realizada uma interlocução histórica apoiada nos princípios legais reverberados pela luta da classe trabalhadora quando intentou pela obrigatoriedade da Educação Infantil e as especificidades do trabalho pedagógico na primeira etapa da Educação Básica.

Para emprendermos esse diálogo, percorremos um expressivo caminho teórico-metodológico a partir dos estudos apresentados pelos seguintes autores: Monteiro (2006), Cambio (1999), Lombardi (2005), Teixeira (1996), Freire e Freire (2001), Saviani (1984), Nunes e Corsino (2013), Machado (1999) e Oliveira (2013).

Desse modo, este estudo nos propomos a discutir, na primeira parte desta pesquisa, uma breve contextualização histórica referente ao percurso da educação e das significativas transformações sociais que ecoaram diretamente no contexto pedagógico. Na segunda parte, apresentamos uma reflexão fundamentada na premissa defendida por Marx e Engels de que educação e ensino são determinados pela forma material social de produção. Veremos o quanto a luta dos trabalhadores contra as arbitrariedades do poder burguês é fundamental para a realização das principais mudanças sociais. Para finalizar o diálogo, manifestaremos sobre as contribuições relevantes dos trabalhadores, ao longo da história, na luta pela garantia legal e normativa em relação aos direitos de acesso e permanência das crianças no campo da Educação Infantil de modo sistematizado e institucional.

Objetivamos com essa pesquisa um aprofundamento teórico-metodológico com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético para o desvelamento do sentido da educação e das ações que fundamentaram a garantia dos direitos principais da criança na Educação Infantil ao longo da história.

Aportamos em um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, possibilitando apreensão científica a partir da análise crítica das concepções e problematizações pedagógicas imbuídas no campo epistemológico da educação, sobretudo, da Educação Infantil e dos sujeitos pertencentes a esse contexto.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO: CONTEXTO PEDAGÓGICO

Recorrendo à história, podemos entender que antes de Cristo os gregos reconheciam o direito da criança à educação, entretanto, na prática, esse processo era considerado como privilégio de poucos. Monteiro (2006) destaca que no século XVI a Alemanha tratou dos direitos à instrução como obrigação escolar. Nos séculos seguintes foi decretada a escola obrigatória aos jovens e, paralelamente, criada a escola de formação docente, ambas não gratuitas. A partir do século XX foram criados Ministérios da Educação em países europeus e asiáticos com o intuito de ampliação às demais regiões. O autor ressalta, ainda, que Hegel foi um dos primeiros filósofos a considerar o direito do indivíduo à educação e a contribuir para a formulação da Declaração dos Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, Cambio (1999), ao discorrer sobre o percurso histórico da educação, ratifica que a virada do humanismo europeu favoreceu o contexto histórico da pedagogia e da educação na sua significativa constituição didática, especialmente, na descoberta das especificidades da infância e da importância dada à formação do sujeito integral. Segundo ele, no início da idade moderna, na região da Itália, alguns temas e métodos pedagógicos estavam diretamente ligados à formação do homem, e parte deles indicavam caminhos para a excelência humana integral e intelectual.

Cambio (1999, p. 197) salienta ainda que "a modernidade gira em torno do nascimento do Estado moderno [...] a revolução social, promove a formação e a afirmação de uma nova classe: a burguesia". A faculdade intelectual estava diretamente ligada aos interesses da burguesia para uma razão instrumental e com finalidades específicas. Esse período foi chamado de revoluções mercantilista e comercial, ou seja, teorias mercantis que justificavam o processo de acumulação de bens às classes dominantes que faziam novas alianças com o povo. Houve também a reforma protestante, que contrastou com a contrarreforma e todo o processo de laicização. Tudo isso se justificou para um novo processo relacionado ao humanismo. De um lado, havia a liberdade de romper com a hegemonia do pensamento da igreja, do outro, o controle fortemente evidente para servir ao capitalismo.

Cambio (1999) ressalta, também, que o movimento encabeçado por Lutero foi extremamente significativo nesse processo histórico, pois descortinou outra perspectiva de mundo diferente do contexto da idade das trevas. Esse projeto pedagógico de sociedade contribuiu para uma liberdade baseada no controle social, pois a "produção de comportamentos integrados aos fins globais da vida social é o Estado" (CAMBIO, 1999, p. 201). Aqui, fomenta-se a essência da pedagogia entre o ensinar e o controle para a autonomia, mesmo que seja um projeto um tanto contraditório.

Saviani (2011) complementa esse pensamento destacando que quando ocorreu a transformação histórica no modo de produção e surgiu a divisão de classes, paralelamente, os processos educativos foram mudando e a instituição escolar se complexificando de modo que, na contemporaneidade, tornou-se referência importante perante as demais formas de educação.

Diante do exposto, nos questionamos: como podemos compreender a educação e as contradições apresentadas cotidianamente no contexto social, educacional e escolar tendo como fundamentos teóricos e metodológicos a materialidade da história constituída por sujeitos de interesses e disputas por diferentes projetos de poder e suas ideologias?

Para Lombardi (2005), não há possibilidade de avançar nas discussões concernentes à transformação social sem incluir nesse processo um "projeto revolucionário de educação", pois, enquanto o sistema socioeconômico for gerido pelo capitalismo e os problemas oriundos do modo de produção não forem mudados, o marxismo continuará sendo necessário para analisar, criticar e promover uma ação transformadora na atual sociedade. Sem dúvida é um intelectual da educação defensor da teoria marxista como uma perspectiva fundamental na atualidade. Afirma que a educação não pode ser vista de modo separado da vida social, contextualizada e inserida nos "movimentos contraditórios", no mote das lutas de classes. Por isso, deve ser compreendida como parte da vida humana que também é passível de mudanças históricas e que acompanha as formas e os modos de produção "dos homens". Assim, para ele, é "no contexto do modo capitalista de produção que a problemática em questão deve ser colocada" (LOMBARDI, 2005, p. 2-4).

Lombardi (2005) destaca que o século XIX foi marcado pela oposição clara entre duas classes presentes na sociedade capitalista. Esse confronto reflete diretamente no processo de organização política, social, ideológica e de vida coletiva, pois a burguesia e os trabalhadores possuem projetos de educação diferentes e extremamente radicais ao atual contexto social. O autor assinala que os burgueses são:

Conservadores, reformistas e revolucionários colocavam na educação um papel essencial, quer para manter e equilíbrio e a harmonia social, quer para promover ajustes que resolvessem disfunções sociais ou mesmo para revolucionar a ordem existente (LOMBARDI, 2005, p. 6).

O autor ressalta ainda que o positivismo, com a sua ciência e técnica, acabou fomentando uma ideologia inclinada a uma classe que valoriza a produção. Porém, no contraponto disso, tem-se o socialismo que ressalta valores invisibilizados pela burguesia como, por exemplo, o poder democrático e a participação popular ativa no gerenciamento da sociedade em busca de um modelo social com a ausência de uma classe definida.

Nota-se que a concepção pedagógica burguesa é radicalmente defendida por uma casta de intelectuais denominados como orgânicos, que se desdobram para expressar uma ideologia baseada no liberalismo e nos modismos passados. Enquanto isso, para o autor, o projeto socialista é baseado em posições teóricas com fundamentos marxistas e engelsianos.

Lombardi (2005) acentua que Marx e Engels não realizaram pesquisas voltadas à educação, mesmo tendo elaborado o texto "Teorias Pedagógicas", pois as suas posições foram sistematizadas e marcadas ao longo das pesquisas concernentes à economia, política e sociedade. Por isso, ao tratar dos processos ligados à educação e escola, é preciso recorrer aos estudiosos de Marx e Engels.

É no *Manifesto do Partido Comunista* (1847-1848) que a educação aparece como interesse dos trabalhadores no processo revolucionário do movimento proletário. Um dos principais conceitos sobre a educação constituídos por Marx e Engels se deram no processo da revolução proletária de 1848 e foi expresso no *Manifesto Comunista* direcionado aos trabalhadores pertencentes ao partido comunista. Algumas medidas tratadas no documento incentivava o proletariado a assumir o poder, a luta pela escola pública e gratuita, sobretudo, a todas as

crianças, extinção do trabalho infantil nas fábricas e a educação como contribuição ao processo de produção. Marx e Engels não descartaram importantes “conquistas teóricas e práticas da burguesia no campo da educação, como a instituição das universidades, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural e primazia do trabalho” (LOMBARDI, 2005, p. 11).

A crítica à burguesia se deu pelo não cumprimento de programas sociais que deram lugar à instauração de uma linha pragmática de instrução voltada ao trabalho na formação integral do homem. Assim, os princípios fundamentais da concepção marxista da educação se voltavam à:

Eliminação do trabalho das crianças na fábrica, associação entre educação e produção material, educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo os três aspectos: mental, físico e técnico, adequados à idade das crianças, jovens e adultos; inseparabilidade da educação e da política; e articulação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, isto é, o trabalho, o estudo e o lazer (LOMBARDI, 2005, p. 12).

Lombardi (2005) salienta que Marx e Engels não desconsideravam a responsabilidade do Estado pela educação, mas não aceitavam que a burguesia fizesse o uso, domínio e o controle desse direito que era de todos. Para fugir desse tipo de hegemonia, sugeriam que esse sistema fosse gerido democraticamente pela população de modo não burocrático e por meio de seus delegados.

Uma das principais contribuições da concepção marxista no campo pedagógico refere-se à educação como uma das formas de desalienação dos trabalhadores e importante instrumento de formação na construção da luta e revolução proletária. As propostas pedagógicas de Marx e Engels nos revelam fundamentos de caráter revolucionários e de princípios dialéticos do trabalho educativo na formação de uma educação omnilateral, diferindo daquela instituída pela burguesia. Dessa maneira, a proposta marxista contribui na compreensão da importante relação entre educação intelectual, formação do corpo e do trabalho produtivo. Nesta proposta, desfaz-se a diferença entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, em que passa a considerar e compreender a formação integral do sujeito como fundamental ao processo de produção.

Lombardi (2005), aportando-se em Manacorda e Lenin, destaca que a história, no início do século XX, foi marcada na prática pela revolução do proletariado sobre a burguesia com a instituição de uma proposta de Estado socialista com ideias voltadas ao contexto da educação, sobretudo baseada na instrução.

Embora a ideologia liberal tenha incorporado algumas conquistas da pedagogia marxista para sustentar as bases burguesas, o movimento socialista contribuiu para alguns avanços na busca pela instituição da educação pública, gratuita, laica, obrigatória e para todos. Compreendendo que a educação é responsável pela formação integral do sujeito e contribui para que as relações sejam mais coletivas e menos subjetivas, a formação para a cidadania deve ser realizada no sentido democrático e amplo, longe de ideários burgueses arbitrários e de segregação de classes.

Com base nos aportes teóricos da pedagogia histórico-crítica de Saviani, Lombardi (2005) ressalta ainda que a educação está integrada ao contexto social, contudo, pode ser usada como instrumento para manter o processo de exploração do trabalhador ou contribuir para transformar a sociedade em direção às bases do socialismo. Para isso, é preciso uma postura consciente e política compreendendo a educação como uma das propostas de transformação da sociedade.

A educação e o conhecimento possuem funções importantes no processo de desenvolvimento e formação política dos sujeitos. Uma instituição educativa e democrática deve cumprir a sua função primordial na formação para o saber sistematizado, no desenvolvimento do sujeito integral, sobretudo daqueles que porventura não tiveram acesso aos conhecimentos culturais historicamente produzidos à transformação da consciência política e integral.

Com isso, nota-se a importância de se reconhecer o marxismo como perspectiva teórica e metodológica essencial em tempo de degradação humana gerada pelo capitalismo e suas posturas ideológicas que corroboram para retrocessos históricos e sociais. Quando o socialismo defendeu a revolução por dentro da categoria proletária, visionaram a educação como referência dessa transformação. Para desvelar os fenômenos ligados à educação é preciso partir das ideias de Marx e Engels compreendo a educação como um processo que contribui na desalienação dos homens aos processos produtivos impostos por uma classe economicamente favorecida.

Para finalizar esse debate, ancoramo-nos no educador e filósofo Saviani (1984), responsável pela concepção pedagógica denominada de histórica-crítica e que foi fundamentada no materialismo histórico e dialético, definida como uma pedagogia socialista de inspiração marxista.

Saviani (1984) destaca que o papel da educação escolar é possibilitar o acesso dos indivíduos aos conhecimentos sistematizados, ou seja, à cultura letrada. A educação é uma especificidade da natureza humana. Para o homem o trabalho é um elemento fundamental na interação intencional com o meio. Para ele, a educação é condição primeira para o processo de desenvolvimento do trabalho, uma vez que ela é o próprio trabalho. A instituição escolar é considerada um espaço privilegiado configurado na dimensão pedagógica e nas práticas sociais mais amplas.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS PRINCÍPIOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL ECOADOS PELA INSERÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A Educação Infantil brasileira, nas últimas décadas, tem sido protagonista nas principais discussões relacionadas ao processo educativo e pedagógico. No entanto, até chegar a ser conhecida como a primeira etapa da educação básica, percorreu-se, no decorrer da história, um longo caminho de lutas e embates sociais e pedagógicos em busca das essenciais constituições legais na garantia desses direitos. Conforme Nunes e Corsino (2013, p. 336):

[...] não se pode desconsiderar a busca permanente pela construção de uma identidade da educação infantil capaz de resguardar suas especificidades não se tornando apenas um local salubre para os bebês ou um espaço preparatório para o ensino fundamental.

Ao longo da história, diferentes movimentos sociais e políticos se debruçaram em prol da Educação Infantil e em busca do seu reconhecimento como a primeira etapa da educação básica e, acima de tudo, na constituição dos principais direitos da criança aos cuidados e à educação. Sabemos que grande parte dessa luta foi encabeçada pelos movimentos sociais e comunitários, sobretudo, das mulheres que requeriam o direito institucionalizado como espaço para deixar os filhos com dignidade enquanto estivessem cumprindo os deveres do

trabalho para a sobrevivência da família.

A dialética desse contexto nos remete à história da infância e à compreensão singular como uma etapa da vida humana repleta de particularidades que são diferentes dos adultos. Esse processo passa a ser defendido, primeiramente, por teóricos iluministas do século XVIII e XIX, como Rousseau, Pestalozzi e Froebel, que defendiam a ideia de que a criança não se desenvolvia de forma natural, ou seja, precisaria de um acompanhamento pedagógico para que o ambiente fosse atrativo ao aprendizado.

Entretanto, foi com base na teoria froebeliana que o Brasil em 1875 criou a primeira Instituição de Educação Infantil chamada de Jardim de Infância. Todavia, somente nas primeiras décadas do século XX, as instituições de educação se expandiram com o acelerado crescimento econômico, político e social. Da mesma maneira, a expansão das indústrias no país começou a despontar os primeiros movimentos sociais para exigir do Estado e da sociedade a implantação de instituições como creches e pré-escolas que pudessem atender a todos, sem distinção de classe social.

Com o advento dos movimentos sociais dirigidos por diferentes setores, inclusive por mulheres trabalhadoras, mobilizações políticas, administrativas e técnico-científicas foram constituídas pelos estudos de diferentes campos do conhecimento que compreendiam o desenvolvimento da criança de acordo com suas especificidades entre a indissociabilidade do cuidado e da educação na formação integral do sujeito. Esses debates contribuíram na constituição de legislações como as LDBs 4024/1961 e 5692/1971.

Inicialmente, as reivindicações incidiram na obrigatoriedade de criação de instituições de Educação Infantil às empresas que contratariam mulheres no seu estabelecimento. Ainda assim as legislações não enfatizaram a importância do Estado em assumir de forma completa essa primeira etapa educativa.

Foi com a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/1990, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 e suas diferentes deliberações, Diretrizes e documentos oficiais que a Educação Infantil passou de fato a ser reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, tendo como diretriz o direito da criança de se desenvolver de forma integral e de acordo com as suas especificidades.

Com base nisso, as instituições, que antes eram creches para os pobres e as pré-escolas voltadas as classes economicamente mais favorecidas, deveriam ser reconhecidas como um espaço para todas as crianças.

Essas transformações do aspecto assistencial para o educacional demandaram um longo processo de estudo que apontou a Educação Infantil como espaço próprio e institucionalizado capaz de contribuir na formação integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, sociais, cognitivos e culturais. Mesmo assim, a luta não se findou, pois o que se via eram resquícios dessa nítida segregação entre instituições designadas aos pobres, e as demais para as classes com maior poder econômico.

Algumas mudanças foram implantadas e implementadas para o desenvolvimento de políticas que pudessem contemplar a instituição de Educação Infantil como um espaço privilegiado em que o ensino e aprendizagem fossem fundamentos indissociáveis nos processos relacionados ao cuidar e educar da criança.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) foram constituídas para contribuir e direcionar os processos de trabalhos pedagógicos com as crianças pertencentes à educação infantil. Essas diretrizes contribuem, atualmente, para se pensar a educação infantil e o desenvolvimento integral da criança com um direito constitucional e social.

A resolução nº 05/2009 apresenta objetivos e princípios importantes para a organização e orientação das políticas públicas quanto à relação de propostas pedagógicas e curriculares que contemplem o cuidar e o educar de crianças de 0 a 6 anos, garantindo uma formação integral, tendo acesso ao conhecimento científico, "aprendizagens de diferentes linguagens, proteção, saúde, liberdade, confiança, respeito, dignidade, brincadeira, convivência e interações com outras crianças" (BRASIL, 2009b, p. 18).

De acordo com as DCNEIs (BRASIL, 2009a, p. 12), a criança é um "sujeito histórico e de direitos" e que "constrói sua identidade pessoal e coletiva" no processo de socialização, "interações, relações e práticas cotidianas que vivencia". Nesse sentido a criança produz cultura quando "brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade" (BRASIL, 2009a, p. 12). Contudo, sabemos o quanto é fundamental considerar cada aprendizagem e desenvolvimento da criança, tendo em vista a dimensão da educação e do cuidado.

Oliveira (2013) acrescenta que a formação profissional dos educadores que trabalham na educação infantil foi se evidenciando ao longo da história pela luta constante dos movimentos sociais ligados à educação, a creches e pré-escolas. Para ela, o profissional docente da educação infantil foi historicamente marcado pela falta de valorização e predominância de mulheres com concepção assistencialista. A não exigência de uma profissionalização se deu pela forma de se compreender o cuidado e a educação da criança de acordo com os princípios oriundos do contexto familiar, doméstico e não institucionalizado.

Para finalizar esta reflexão, a autora Machado (1999) salienta ainda que a Educação Infantil, além de não ser uma tarefa fácil aos professores e a todos responsáveis por esse processo de desenvolvimento na primeira infância, está em constante busca pelo reconhecimento social fundamental aos processos ligados à valorização dos seus profissionais, condições de salário e trabalho digno aos docentes e demais servidores que contribuem para esse ambiente pedagógico na garantia dos direitos de todos os sujeitos pertencentes a esse espaço institucionalizado.

APROXIMAÇÕES FINAIS

Percebemos que muitas transformações institucionais ocorreram no decorrer da história da educação para que de fato pudessemos reconhecer os direitos da criança. Se a criança hoje é considerada como sujeito de direitos e deve ser reconhecida como um ser constituinte e constituído de cultura no meio social, devemos isso às incontáveis lutas que contribuíram significativamente para a transformação da sociedade, sobretudo, na instituição de direitos essenciais à educação para a emancipação humana.

Sabemos que o caminho para significativos avanços foi longo, ainda assim é preciso continuar lutando para que a educação seja plenamente reconhecida, seus profissionais de fato valorizados e, acima de tudo, que as crianças possam gozar seus direitos com equidade e respeito às suas especificidades.

Diante disso, entrelaçamos a esse diálogo as reflexões de Freire e Freire (2001), quando nos propõe assumir o risco de compreender a história como fundamento e enfrentamento das mazelas provocada pelo presente sistema neoliberal que é um grande difusor das

desigualdades sociais e ditador de direitos que preservam ainda mais as riquezas da classe dominante.

O autor nos provoca a indignar-se e a promover estratégias necessárias para a construção consciente e política da democracia no enfrentamento dos problemas que emergem cotidianamente no contexto social. Para isso nos convida a sonhar por uma utopia mais do que possível e buscar projetar um futuro que seja permeado de igualdade e paz, composto de homens e mulheres mais solidários, sobretudo, humanizados.

Para ele, os sonhos nos impulsionam a uma utopia mais que possível, na medida em que o ato de sonhar não é apenas uma forma política de se pensar, mas está diretamente relacionado à formação histórico-social dos homens de esperar-se com significativa possibilidade de alcançar o que foi almejado por todos. E para que alcancemos esse sonho pela humanização universal é preciso nos desvencilhar dos principais problemas políticos, econômicos, sociais e ideológicos que nos impedem de avançar e nos alienam a um sistema capitalista arbitrário e desumano.

Segundo Freire e Freire (2001), a educação é uma das estratégias para revelar o que está oculto pelo sistema neoliberal, por isso é uma das possibilidades de esclarecimento e de caminho para a leitura de mundo a partir da consciência política constituída no processo da educação. Aponta que uma das responsabilidades do educador é construir com o outro, por meio da educação, o desejo pela mudança. A vontade de alcançar o sonho é o caminho em busca da transformação da falsa consciência em consciência política e possível. Para que homens e mulheres compreendam que não são culpados pelas mazelas sociais, é preciso ingressarem em uma luta coletiva e consciente para desvelar pontos obscuros que são ideologicamente implantados pela classe dominante extremamente opressora. A educação é um dos caminhos para provocar e construir a consciência política de modo revolucionário.

Esse empoderamento de classe deve envolver a classe trabalhadora a partir das suas experiências e cultura, visando assim a obtenção do poder político e a própria liberdade, mas isso se dá de modo processual e histórico, e a educação é uma das estratégias para se alcançar esse objetivo. A utopia possível é uma necessidade fundamental na formação humana e está associada ao incômodo e à indignação perante as mazelas sociais.

É importante compreender que a história seja fundamental como possibilidade de mudança do contexto atual. Assim, Freire e Freire (2001) nos convida a sair das mesmices técnicas e predeterminadas para alcançarmos uma transformação com bases democráticas necessárias. E exige-nos uma postura ética de formação humana diferente das impostas pelo mercado produtivo doutrinário do sistema neoliberal. Ressalta também que é preciso falar sobre o diálogo e viver a prática do diálogo para não cair na negação do mesmo.

Para finalizar esta reflexão, Teixeira (1996) nos alerta que todo ser humano possui capacidades intelectuais para contribuir, de algum modo, com o meio social em que vive. Por isso, compreende que na educação democrática não cabe a dualidade entre aqueles que pensam e os que simplesmente executam o processo de produção, pois todos são capazes de pensar e agir sobre os problemas apresentados na sociedade.

Teixeira (1996) defende a igualdade de direitos relacionados à ação democrática, como também que a educação seja o princípio fundamental da formação humana emancipadora. Reconhece a existência de uma política de força que impede o desenvolvimento necessário à democracia, por isso entende que é dever do Estado garantir o ensino público e gratuito a toda população, sem exceção de classe ou segregação social. Destaca, ainda, que embora enfrentem diferentes atrocidades, a educação é um dos principais caminhos para a liberdade humana capaz de promover a transformação da condição de subserviência em conscientização política do sujeito.

Desse modo, embora a educação tenha sido marcada pelo colonialismo difusor de uma dualidade entre a educação para elite e a educação segregada ao pobre e trabalhador, é preciso compreendê-la como um direito universal e de ampla responsabilidade de todas as esferas do Estado para a garantia dos recursos financeiros e acesso aos processos democráticos ao contexto escolar e social. Diante dessa discussão, acreditamos que a educação é mais que uma vantagem, sobretudo, um direito básico para a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil*. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB 5/2009*. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009b.

CAMBIO, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Edunesp, 1999.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria (Org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Edunesp, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr, 2005.

MACHADO, Maria Lúcia de A. Criança pequena, educação infantil e formação dos profissionais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 17, p. 85-98, jul./dez. 1999. Número Especial.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1988.

MONTEIRO, A. Reis. *História da educação: do antigo "direito de educação" ao novo direito à educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia. Políticas Públicas Universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil In: KRAMER, Sônia. *Educação infantil: enfoques em diálogo*. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2013.

PRESTES, Zoia R. *Quando não é quase a mesma coisa* análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a natureza e especificidade da educação* Em aberto, Brasília, v. 3, n. 22, p. 1-6, jul./ago.1984.

SAVIANI, Dermeval. História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI Dermeval (Org.). *História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados: 2011. p. 09-31.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

